



XIII Congresso

Associação Nacional de Freguesias

**AS FREGUESIAS
NA REFORMA
DO ESTADO**

2 | 3 Dezembro

2011
Portimão

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010/2011

Conselho Directivo

ANAFRE
Palácio da Mitra
Rua do Açúcar, nº 56
1950-009 LISBOA
Telefone: 218 438 390 a 98
Fax: 218 438 399
E-mail: anafre@anafre.pt

INTRODUÇÃO

O XIII CONGRESSO NACIONAL DA ANAFRE ocorrerá em Portimão, Algarve, nos dias 2 e 3 de Dezembro, num espaço designado «Arena Portimão».

Subordinado ao lema «AS FREGUESIAS NA REFORMA DO ESTADO», está organizado em obediência a um programa do qual faz parte a discussão e aprovação do presente documento: Relatório de Actividades do Conselho Directivo da ANAFRE, desenvolvidas nos dois anos já passados do mandato em curso.

O XIII CONGRESSO NACIONAL DA ANAFRE confiou ao Conselho Directivo a realização das orientações determinadas pelo Congresso sob a forma de Conclusões.

Submetido ao lema: «**MAIS COMPETÊNCIAS, Melhor Poder Local**», aquele Congresso fixou as linhas de orientação do trabalho da ANAFRE para o mandato 2010/2013, relevando a clarificação e definição das atribuições e competências das Freguesias, procurando por fim à sobreposição entre atribuições e competências das Freguesias e dos Municípios.

Determinou, ainda, que se deveria promover a conversão das competências delegáveis em competências próprias e universais, garantindo-lhes os respectivos meios financeiros.

Sem que a temática das atribuições, competências e recursos financeiros alguma vez tivesse deixado de constar na agenda da ANAFRE, este Congresso focou-as muito particularmente, determinando que passassem a ser uma questão primordial.

Muitas outras foram as medidas de maior ou menor grandeza, mais ou menos afastadas do nosso alcance e do bom sucesso da sua prossecução.

Neste propósito, a ANAFRE envidou, desde logo e com reforçada vontade, ostensivos esforços, na retoma das negociações iniciadas, anteriormente, por um grupo de trabalho constituído por representantes da ANAFRE, da ANMP e da SEAL.

As mudanças políticas, sociais e económicas mundiais e nacionais, entretanto verificadas, e a nova conjuntura governativa do País, recolocaram os dados do jogo noutra disposição, transferindo para outra circunstância temporal tais negociações e recentrando toda a intervenção política da ANAFRE noutro cenário organizacional.

Anunciando-se que estava a caminho a REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA do País no âmbito da qual as Freguesias não seriam poupadas, a ANAFRE propôs-se organizar Encontros de Autarcas para debate desta temática em que as Delegações Distritais e Regionais foram os verdadeiros motores, promovendo a sua dinamização, cuidando da sua organização e elaborando as Conclusões.

Em 26/09/2011, a ANAFRE foi confrontada com o «DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL», sobre o qual o seu Conselho Directivo se debruçou atentamente, pronunciando-se criticamente e a priori sobre as medidas e critérios nele preconizados.

Preocupação dominante é, no tempo que corre, o futuro das FREGUESIAS.

Antecipar este Congresso foi, entre outras, uma das medidas que a ANAFRE perfilhou para, na partilha de opiniões, auscultar a sensibilidade dos Autarcas e decidir para actuar.

ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ANAFRE

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Considerando o lapso temporal de dois dos quatro anos de mandato, este sub-tema permite-nos abordar e relatar as iniciativas institucionais, umas promovidas pela própria Associação, outras ordenadas por solicitações de outras instituições.

Assim:

- Encontros Distritais de Freguesias, organizados pelas Delegações Distritais e Regionais da ANAFRE;
- Seminários de Encerramento SIADAP e Apresentação SIGFreg realizados em Coimbra, Évora e Guimarães.

Em 2011 programou-se e organizou-se o XIII Congresso agora em decurso.

Quanto à interinstitucionalidade, cabe referir a participação de elementos do Conselho Directivo em iniciativas das quais destacamos, entre muitas outras, as mais relevantes:

- 59º Conselho Geral da ANAFRE – Lisboa;
- 60º Conselho Geral da ANAFRE – Vila Nova de Cerveira;
- 61º Conselho Geral da ANAFRE – Santa Marta de Penaguião;
- 62º Conselho Geral da ANAFRE – Lourinhã;
- 63º Conselho Geral da ANAFRE – Castelo Branco;
- 64º Conselho Geral da ANAFRE – Braga;
- Abertura da 9ª Conferência Internacional de Implementação da Directiva Quadro da Água e 9ª Assembleia Geral da Rede Mediterrânea de Organismos de Bacia MENBO promovida pela Administração da Região Hidrográfica do Norte;
- Abertura das Comemorações do Centenário da República promovida pela Câmara Municipal do Porto;
- Abertura Oficial do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social em Portugal;
- Apresentação de cumprimentos e transmissão das preocupações e pontos de vista face à anunciada reorganização administrativa, revisão das leis: eleitoral autárquica e finanças locais e perspectivas para o OE 2012 aos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP, PS, PCP e Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República;
- Apresentação do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais do Distrito de Lisboa promovida pelo Governo Civil de Lisboa e Ministro da Administração Interna;
- Apresentação do Documento Verde da Reforma da Administração Local pelo Primeiro Ministro;
- Apresentação do Fórum dos Autarcas de Língua Portuguesa ao Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas;
- Apresentação do Programa SIMPLEX 2010 pelo Ministro da Presidência;
- Apresentação do SIGGESC (Sistema de Informação de Gestão de Carreiras) pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres;
- Apresentação dos novos Cadernos Técnicos editados pela ANPC, sobre Segurança Contra Incêndios em Edifícios e Riscos Costeiros promovida pelo Secretário de Estado da Protecção Civil;

- Apresentação e Entrega do Prémio "e-municípios 2009" pelo Secretário de Estado da Administração Local;
- Apresentação para a Revisão do Plano Nacional de Emergência e Protecção Civil pela Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Assembleia Geral do ICE - Instituto das Comunidades Educativas;
- Presença na Assembleia-Geral das Delegações Distritais e Regionais da ANAFRE;
- Assinatura do Protocolo – Campanha IRS 2009 com PCM (Secretário de Estado da Administração Local) e MFAP (Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais);
- Assinatura do Protocolo com o Oceanário de Lisboa;
- Assinatura do Protocolo de Colaboração com o Ministro da Solidariedade e Segurança Social para o Desenvolvimento de acções de informação e divulgação das diversas iniciativas que integram o Programa de Emergência Social (PES);
- Audição Pública "Administração e Gestão Local da Educação - Transferência de competências para os municípios" promovida pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República;
- Audição Pública sobre "Riscos Naturais, Políticas de Ordenamento do Território e Protecção Civil, Mitigação de Efeitos, Adaptação e Prevenção" promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP;
- Audição Pública sobre a PAC (Política Agrícola Comum) promovida pela Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República;
- Audição sobre o tema "O Papel dos Rendimentos Mínimos no Combate à Pobreza e na Inclusão Social" promovida pela Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção;
- Audiência com a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) sobre a Reorganização Administrativa Local;
- Audiência com a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República sobre o Orçamento do Estado para 2010;
- Audiência com DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais sobre várias questões relativas às Freguesias;
- Audiência com o Inspector-Geral da Administração Local;
- Audiência com o Ministro da Presidência sobre o Orçamento do Estado para 2010 e reforço do FFF e remuneração dos eleitos no regime de permanência;
- Audiência com o Ministro da Solidariedade e Segurança Social para apresentação das linhas gerais do Programa de Emergência Social;
- Audiência com o Secretário de Estado da Administração Interna sobre o Acto Eleitoral de 5 de Junho de 2011;
- Audiência com o Secretário dos Assuntos Fiscais sobre o Protocolo - Campanha IRS 2009;
- Audiências com a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia da República sobre o Orçamento do Estado para 2010, 2011 e 2012;
- Audiências com o Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa sobre a Reorganização Administrativa Local;
- Audiências com o Secretário de Estado da Administração Local sobre várias questões sobre as Freguesias, Orçamento do Estado 2010 e 2011 e o reforço do FFF e remuneração dos eleitos no regime de permanência;
- Auscultação da ANAFRE pelo Grupo de Trabalho “troika”;

- Belgium Presidency Conference: "Anticipating and managing restructuring in a socially responsible way - New partnerships to preserve employment" promovida pela DESTREÉ ORGANISATION;
- Cerimónia de outorga de protocolos no âmbito dos Fundos de Protecção dos Recursos Hídricos 2010 promovida pela Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP;
- Cerimónia Oficial de Abertura do Ano Europeu do Voluntariado 2011;
- Cerimónia Solene de Comemorações do 100º Aniversário da Implantação da República promovida pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República;
- Colóquio "Integração Europeia e Democracia" promovido pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República;
- Colóquio "Integração Europeia e Democracia", 25º Aniversário da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal e de Espanha às Comunidades Europeias promovido pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República;
- Colóquio "Ordenamento do Território e Ambiente: Importância no quadro da Defesa Nacional" promovido pelo Instituto da Defesa Nacional;
- Colóquio "Os Museus e a República" promovido pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República;
- Colóquio "Redução do número de Freguesias - de que modo?" promovido pela Junta de Freguesia de Ova;
- Colóquio «Dívida Pública - Causas, Consequências e Perspectivas de Evolução» promovido pela Comissão de Orçamento e Finanças;
- Colóquio «Migrações, Minorias e Diversidade Cultural» promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian;
- Colóquio Nacional das Freguesias «A REORGANIZAÇÃO DAS FREGUESIAS: Extinção, fusão ou associação? Que novos órgãos, que novas funções?» promovido pelo CEDREL – Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local;
- Colóquio Parlamentar sobre "Os Jovens, Álcool e Segurança Rodoviária" promovido pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações da Assembleia da República;
- Colóquio sobre a Emancipação Jovem promovido pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República;
- Colóquio Nacional da ATAM;
- Comemoração do 21.º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Comemoração do Dia da Protecção Civil;
- Comemoração do Dia do Bombeiro Português promovida pela Liga do Bombeiro Português;
- Comissão de Acompanhamento do POS_Conhecimento;
- Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Factores de Competitividade;
- Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Potencial Humano;
- Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional de Lisboa (PORLisboa);
- Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro);
- Comissão de Acompanhamento INALENTEJO;
- Comissão Intersectorial de Formação;

- Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu de Voluntariado que Promova uma Cidadania Activa em Portugal no ano de 2011;
- Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AEC PES);
- Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Internacional da Juventude;
- Comissão Nacional de Protecção Civil;
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco;
- Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção;
- Comissão Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários;
- Concerto de Abertura das Comemorações do Centenário da República;
- Conférence Internationale «Les régions européennes à statut particulier: atouts et perspectives» promovida pelo Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa;
- Conferência "A Economia Social e a Democratização da Economia" promovida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Conferência "A Economia Social em Portugal" promovida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Conferência "Distrito de Coimbra: Presente e Futuro das Autarquias Locais" promovida pelo Movimento Cívico Apartidário "Pensar e Agir pela Nossa Terra";
- Conferência "Novas Perspectivas de Regulamentação da Educação" promovida pela Plataforma de Reflexão Estratégica – Construir Ideias;
- Conferência "O Futuro das Autarquias" promovido pelo Semanário "Região de Leiria";
- Conferência "Os Desafios, a Inovação e o Empreendedorismo Social" promovida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Conferência "Paz, Pão e Habitação" promovida pelo IHRU;
- Conferência "Portugal: (des)continuidades demográficas - uma análise a partir dos Resultados Preliminares dos Censos 2011" promovida pelo Conselho Superior de Estatística;
- Conferência "Reorganização Administrativa do País" e apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2009 promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas;
- Conferência "Reorganização Administrativa do Território" promovida pela Secretaria de Estado da Administração Local;
- Conferência "Ser Pobre em Lisboa: Que Políticas Sociais?" promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Conferência «A Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego» promovida pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais;
- Conferência «Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação» promovida pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República;
- Conferência Internacional "Sistemas Territoriais na Europa" organizada pela Plataforma de Reflexão Estratégica – Construir Ideias;
- Conferência Parlamentar sobre "Conferência Parlamentar sobre «Perspectivas e realidades da aplicação da Lei da Administração e Gestão Local da Educação, Internacionalização dos TEIP – o caso de França» promovida pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República;

- Conferência PODER LOCAL - Reorganização Administrativa, Equilíbrio Financeiro, Novas Competências e Novos Recursos - «O Poder Local nas Áreas Metropolitanas: Competências e Recursos» promovida pela TSF/OTOC;
- Congrès des Maires d'Île de France Gala dos 10 anos da CIVICA;
- Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa;
- Congresso Europeu da Sociedade da Informação promovido pela EISCO 2010;
- Congressos da ANMP;
- Conselho Consultivo da Fundação INATEL;
- Conselho Consultivo da Juventude;
- Conselho Consultivo das Famílias;
- Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal;
- Conselho Consultivo para a reforma dos cuidados de saúde primários;
- Conselho de Coordenação da Rede Rural Nacional;
- Conselho Estratégico do Parque Natural do Alvão;
- Conselho Geral da Fundação CEFA;
- Conselho Geral do Centro de Recursos de Protecção Civil e Bombeiros;
- Conselho Nacional da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto;
- Conselho Nacional de Bombeiros;
- Conselho Nacional de Cultura;
- Conselho Nacional para a Economia Social;
- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado;
- Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool;
- Debate "Como fazer de Portugal uma Sociedade da Informação e do Conhecimento?" promovido pela Associação para a Promoção da Sociedade da Informação;
- Debate "HAITI - UMA HISTÓRIA PARA CONTAR. Da Notícia à Intervenção" promovido pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais;
- Debate "Reorganização Administrativa do Território - Fim dos Distritos?" promovido pelo Governador Civil de Setúbal;
- Dia da Protecção Civil – Ministro da Administração Interna;
- Dia do Poder Local, organizado pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Dia Nacional das Colectividades promovido pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto;
- Dia Nacional do Bombeiro Profissional – Associação Nacional de Bombeiros Profissionais;
- Encerramento Oficial do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social em Portugal;
- Encontro Communauté d'Agglomération MARNE et GONDOIRE e Encontro com a Communauté d'Agglomération PAYS de MEAUX promovido pelo Conselho das Comunidades Portuguesas – Comissão Permanente da Participação Cívica e Política;

- Encontro de Autarcas Portugueses no Mundo em 2011 e Eleições da diáspora e as eleições locais em Portugal promovido pelo Conselho das Comunidades Portuguesas – Comissão Permanente da Participação Cívica e Política;
- Encontro Nacional «Direitos da Criança. A prevenção do risco e a reparação do perigo. O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social» promovido pela Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco;
- Entrega do Prémio "Igualdade é Qualidade" pelo Ministro da Presidência;
- Entrega do Prémio de Jornalismo "A Família na Comunicação Social" promovido pelo Conselho Consultivo das Famílias;
- Fórum Municípios e Associativismo - Comunicações de proximidade num Mundo globalizado - Dia Nacional das Colectividades promovido pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto;
- Fórum Temático «Transferência de Competências Educativas para os Municípios» promovido pela Ensino do Futuro;
- Grupo de Trabalho D - Segurança nos Espaços de Turismo e Lazer do Plano de Acção para a Segurança Infantil da APSI – Associação para Promoção da Segurança Infantil;
- Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração e apresentação de um Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e outros Modos de Transportes Suaves;
- II Fórum CIVITAS - Espanha e Portugal;
- II Jornadas - Modernização Administrativa: "Administração Local - Integrar Rumo à Excelência" promovidas pela Câmara Municipal de Vale de Cambra;
- Inauguração do Curso "Auditoria Interna nas Autarquias Locais" promovido pelo CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica;
- Jornada de Acção Social a realizar no quadro do Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Jornadas sobre o tema «O Combate à Pobreza e à Exclusão Social pelos Caminhos da Inovação» promovidas pela Cáritas Portuguesa;
- Lançamento da Campanha «Regresso às Aulas 2011» da ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária;
- Les Energies Renouvelables Locales - Local Renewables Freiburg 2010 - ICLEI - LOCAL GOVERNMENTS FOR SUSTAINABILITY E ICLEI - EUROPE CONFERENCE TEAM;
- Mesa Redonda "A produção científica sobre a história da I República e o republicanismo" promovida pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República;
- Mesa Redonda "Conhecimento e Tecnologia - na formação, trabalho e redes colaborativas entre as diversas instituições", organizada pela Associação Comercial e Industrial de Barcelos;
- Participação nos Actos Comemorativos do I Centenário da República Portuguesa promovidos pela Casa Civil do Presidente da República;
- Plenário do Conselho das Comunidades Portuguesas - Painel «A fraca participação Cívica e Política das Comunidades para as Eleições Portuguesas, como ultrapassar o fenómeno?»;
- Pontos Focais Sectoriais do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010;
- Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCCAC) 2011;
- Reunião com Associação dos Juizes de Paz Portugueses sobre a Justiça de Paz e Reforma do Sistema de Justiça;
- Reunião com DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais para tratar de várias questões relativas às Freguesias Portuguesas;

- Reunião com os CTT – Correios de Portugal, S.A., sobre o Protocolo CTT – ANAFRE;
- Reunião Conjunta da Secção Eventual para Acompanhamento, da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011 e Secções Permanentes de Estatísticas de Base Territorial, de Estatísticas Sociais e Estatísticas Económicas promovida pelo Conselho Superior de Estatística;
- Reunião sobre as implicações da Revisão do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) com a Autoridade Nacional das Entidades Inspectoras;
- Reunião sobre o tema «A Importância das Freguesias na preservação e desenvolvimento do mundo rural e na coesão social e territorial do País» com a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Reuniões com a Associação de Agentes Funerários de Portugal para auscultação sobre a nova legislação publicada para o sector funerário (Decreto-Lei nº 109/2010, de 14 de Outubro);
- Revisão do Protocolo IEFP | ANAFRE no âmbito do Apoio aos Desempregados Beneficiários de Prestações de Desemprego;
- Roadshows do Sistema Nacional de Compras Públicas, promovido pela Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., realizados em Covilhã, Funchal e Ponta Delgada;
- Seminário "A prevenção dos riscos de corrupção" promovido pelo Conselho de Prevenção da Corrupção;
- Seminário "Poder Local - Desafios e Oportunidades" promovido pelo Centro de Estudos e História Local e Regional – Salvador Dias Arnaut;
- Seminário "Poder Local Democrático, Descentralização de Competências nas Juntas de Freguesia" promovido pela Câmara Municipal do Barreiro;
- Seminário "Regionalização & Revisão Constitucional: Que Perspectivas?" promovido pela CCDR – Norte;
- Seminário "Reorganização Administrativa do País: o papel das Associações de Municípios" promovido pela Plataforma de Reflexão Estratégica – Construir Ideias;
- Seminário "Reorganização Administrativa" promovido pelo Clube de Política – Pensar e Agir Local;
- Seminário "Risco Sísmico: Despertar Consciências | Ativar Comportamentos" promovido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Seminário «Transportes Escolares e Rurais - do Direito à Mobilidade à Mobilidade Eficiente» - Mesa Redonda «A problemática dos transportes rurais: enquadramento, problemas, desafios e oportunidades» promovido pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Seminário Internacional "Promover a Coesão, Descentralizar o Estado, desenvolver as Regiões: Que Desafios em Portugal e na Europa?" promovido pela CCDR – Norte;
- Seminário Nacional da Comunidade Educativa "Pessoas com Deficiência - Para além do percurso escolar - e depois da Escola?" promovido pela Federação Concelhia das Associações de Pais do Porto;
- Seminário Nacional de Portugal sobre "Reestruturação na Europa (VC/2008/0667)" promovido pelo Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF/OIT);
- Sessão Técnica subordinada ao tema "Problemas Nacionais e Tendências da Gestão da Água" promovida pelo Instituto da Água;

- Sessões de Esclarecimento promovidas pela ANAFRE realizadas em: Lisboa, Porto, Faro, Viseu, Coimbra, Marco de Canaveses, Setúbal, Vila Nova de Cerveira, Aveiro, Évora, Amarante, Porto e Ponta Delgada;
- Visita Communauté d'Agglomérations MELUN VAL DE SEINE promovida pelo Conselho das Comunidades Portuguesas – Comissão Permanente da Participação Cívica e Política;
- Workshop "A Estatística e a Globalização: velhos e novos desafios" promovido pelo Conselho Superior de Estatística;
- Workshop "Gestão do Conhecimento e a Qualidade Total como seus principais vectores" promovido pela Fundação CEFA.

PROCESSO LEGISLATIVO

CONSULTA À ANAFRE

Por força do seu estatuto de Parceira Social, a ANAFRE é consultada, sistematicamente, quanto à produção legislativa nas áreas que respeitam, especificamente, às Autarquias Locais e noutras de carácter mais abrangente.

Às solicitações do legislador – Assembleia da República e Governo da Nação – foi dada resposta sempre que se considerou oportuno e necessário.

Emitiram-se, também, pareceres, a pedido doutros organismos, sobre projectos de lei que versam matérias diversificadas da vida da Nação e, como referido, também das Freguesias, nomeadamente:

- Actualização do Recenseamento Eleitoral;
- Apreciação Parlamentar nº 72/XI/2ª - Proposta de alterações ao DL 109/2010, 14 de Outubro, que estabelece o regime de acesso e de exercício da actividade funerária;
- Diploma que adapta o regime dos estágios profissionais à Administração Local – DL 41/2010;
- Petição nº 66/XI/1ª, da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência da Assembleia da República;
- Petição nº 70/XI/1ª, do «Movimento Escola Pública – Pedido de redução do número máximo de alunos por turma e por professor;
- Projecto de Decreto-Lei que clarifica que a abertura de farmácias se pode fazer 24 horas por dia, sete dias por semana, em articulação com o regime de turnos, alterando o Decreto-Lei nº 53/2007, de 8 de Março;
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2010;
- Projecto de Decreto-Lei que procede ao enquadramento normativo específico das medidas e acções de controlo do NMP e respectivo regime contra-ordenacional;
- Projecto de Diploma que cria o Conselho Nacional para a Economia Social;
- Projecto de Estatutos da Fundação CEFA;
- Projecto de Lei n.º 150/XI (PCP) – Alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses;
- Projecto de Lei nº 180/XI (CDS-PP) – Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro;
- Projecto de Lei nº 183/XI (PCP) – Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro;
- Projecto de Lei nº 191/XI (PSD) – Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro;

- Projecto de Lei nº 192/XI/1ª (PCP) – Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição;
- Projecto de Lei nº 239/XI (BE) – Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro;
- Projecto de Lei nº 335/XI/1ª – Adopta um quadro de medidas de apoio à instalação de novas freguesias;
- Projecto de Lei nº 360/XI/1ª (PEV) – Revoga o regime jurídico dos Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN E PIN+);
- Projecto de Lei nº 410/XI (BE) – Programa faseado de distribuição gratuita e criação de bolsas de empréstimo de manuais escolares na escolaridade obrigatória;
- Projecto de Lei nº 416/XI (PEV) – Altera a Lei nº 47/2006, de 28 de Agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio socio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares;
- Projecto de Lei nº 423/XI (CDS-PP) – Regula o empréstimo de manuais escolares;
- Projecto de proposta de lei que regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE);
- Projecto de Proposta de Lei que transfere competências dos Governos Cívicos e dos governadores cívicos para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República;
- Proposta de Lei de Alteração da Lei nº 27/96, de 1 de Agosto – Regime Jurídico da Tutela Administrativa;
- Proposta de Lei nº 1/XII que aprova a sobretaxa extraordinária sobre rendimentos sujeitos a IRS auferidos em 2011;
- Proposta de Lei nº 11/XII – Proceda à terceira alteração à Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local, e suspende a possibilidade de criação de novas empresas;
- Proposta de Lei nº 15/XII – Proceda à quarta alteração à Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, modificando os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública;
- Proposta de Lei nº 7/XII que procede à 6ª alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei nº 91/2001, de 20 de Agosto;
- Proposta de Lei nº 8/XII/1ª que aprova os Estatutos do Conselho das Finanças Públicas, criado pelo artigo 12º - I da Lei nº 91/2001, de 20 de Agosto (lei do enquadramento orçamental), republicada pela Lei nº 22/2011, de 20 de Maio;
- Proposta de Lei nº 14/XI (GOV) – Proceda à segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro;
- Propostas decorrentes do conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental;
- Proposta de Lei nº 9/X/1ª – Orçamento do Estado – 2010;
- Proposta de Lei nº 42/XI – Orçamento do Estado – 2011;
- Proposta de Lei nº 27/XII – Orçamento do Estado – 2012.

EMISSÃO DE PARECERES E ESCLARECIMENTOS ÀS FREGUESIAS

A ANAFRE manteve comunicação privilegiada e contínua com as associadas e, sempre que necessário, com as Freguesias em geral.

Nas relações individualizadas com as Freguesias, a ANAFRE satisfaz os seus pedidos de parecer utilizando os meios de contacto instituídos: o Boletim informativo ANAFRE *informa* e as vias informática e telefónica.

Durante os dois anos do mandato a que o presente relatório alude, foram produzidos, pelos Gabinetes Jurídico e de Contabilidade, inúmeros pareceres técnicos.

Os Gabinetes mantiveram-se disponíveis e em linha com as associadas, para o aconselhamento mais simples e urgente. De início, às 2.^{as}, 4.^{as} e 6.^{as} feiras, à tarde. A partir de 14 de Março de 2011 o atendimento passou a fazer-se às 2.^{as} e 5.^{as} durante o mesmo período.

Porque algumas matérias legislativas, na sua aplicação concreta, se revestiam de grande complexidade para a generalidade das Freguesias, a ANAFRE promoveu a elaboração de documentos de apoio e diversos artigos para formação e esclarecimento dos Autarcas designadamente:

- Códigos dos contratos públicos;
- Gestão de recursos humanos;
- Repartição do regime de funções;
- Contrato de trabalho subordinado;
- Regime do exercício de funções do Presidente de Junta;
- Agência Nacional de Compras Públicas;
- Plataforma electrónica de contratação pública;
- Incompatibilidades dos eleitos locais;
- Sessões públicas das Assembleias de Freguesia;
- Falsos contratos de publicidade;
- Retenção para pagamento ao SNS;
- Direitos dos Presidentes de Junta nas sessões das Assembleias Municipais;
- Plano de gestão de risco de corrupção;
- Comissões na Assembleia de Freguesia;
- Abonos para falhas;
- Cemitérios;
- Canídeos;
- Gabinetes jurídicos nas Juntas de Freguesia;
- Avaliação dos trabalhadores (modelo simplificado);
- Segurança, higiene e saúde no trabalho;
- Obrigação das Juntas de Freguesia no âmbito do SICAFE;
- Limpeza de terrenos privados – prevenção contra incêndios;
- Fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- Pagamentos em atraso – dever de informação.

O PORTAL DA ANAFRE e o Boletim Bimestral ANAFRE *informa*... foram os meios privilegiados de canalização de toda a informação.

Neste último, foram ainda enviadas, periodicamente, às Freguesias associadas, informações úteis sobre a vida da Associação, legislação publicada, protocolos formalizados, notas e notícias oportunas, questões jurídicas e administrativas de relevo para a gestão das Freguesias.

A construção informática que designámos «**PORTAL ANAFRE**» foi visitada e utilizada pelas associadas para colocação das suas dúvidas e pedidos de parecer, usando a ANAFRE a mesma via para lhes corresponder.

Considerando as virtualidades desta grande janela, aberta para o universo das Freguesias, para o País e para o Mundo, a ANAFRE estabeleceu contrato com o INESC Porto para a reformulação do PORTAL ANAFRE, perspectivado, agora, no aproveitamento das suas crescentes potencialidades, na sua actualização, na sua modernidade.

Um dos resultados visíveis, foi disponibilizado às Freguesias: o Programa SIGFreg.

Criado na base de uma parceria instituída entre a ANAFRE e o INESC PORTO, projectou-se que a ANAFRE sustentasse uma plataforma informática, especialmente concebida para o funcionamento das Freguesias – o SIGFreg. E assim aconteceu.

Este Sistema Integrado de Gestão da Freguesia confere às respectivas Juntas a possibilidade de disporem de uma série de modelos de documentos relacionados, quer com atendimento público, quer com o funcionamento interno da autarquia.

Através do SIGFreg – que complementa outras aplicações informáticas existentes na Freguesia e com elas se articula – podem os serviços dispor de uma base para a criação e emissão de documentos bem como proceder ao seu arquivo.

O SIGFreg está disponível para download no portal da ANAFRE, www.anafre.pt, na área reservada às Freguesias associadas e registadas.

TRANSFERÊNCIA DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

O período a que nos reportamos foi marcado por dois fenómenos profundamente imperiosos na vida da sociedade portuguesa e, em sequência, também na vida das Freguesias:

- A crise social e económica, de carácter geral;
- A reforma da Administração Local, de forma especial.

Não se pode, hoje, falar de atribuições e competências para as Freguesias sem nos devermos posicionar, em primeiro lugar, na discussão da Reforma do Estado e sua reorganização administrativa.

Constituindo este mote o lema do XIII Congresso Nacional, não faremos uma análise prospectiva desta questão. Mas afirmamos que não se pode discutir “reforma” sem articular “competências” para as Freguesias.

A ANAFRE tem aproveitado todas as oportunidades para afirmar que este é o momento próprio e a oportunidade talhada para, verdadeiramente, se proceder à clarificação das competências e partilha do Poder Local.

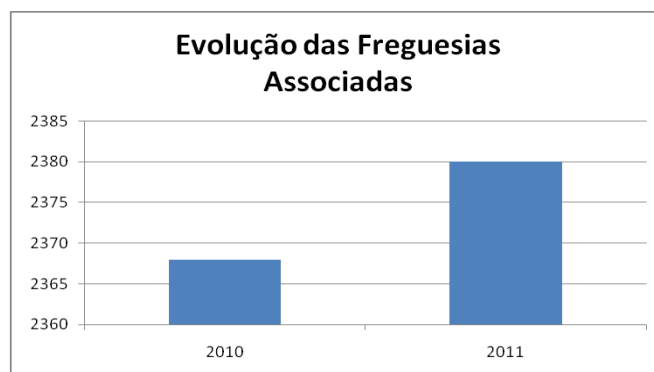
Embora se viva, ainda, no preâmbulo desta Reforma, a ANAFRE tem sido pró-activa nos contactos, assertiva nas opiniões e tomadas de posição que divulga.

Em contextos mais específicos, a ANAFRE foi parte em protocolos através dos quais se transferiu o exercício de competências delegadas do Poder Central para as Freguesias, com a disponibilização dos meios financeiros acordados quando justificados e com outras entidades que ofereciam às Freguesias condições especiais de utilização dos seus meios e equipamentos.

ANAFRE, REPRESENTANTE NACIONAL DAS FREGUESIAS PORTUGUESAS

O universo das Freguesias Portuguesas é de 4259 Freguesias.

Actualmente, são associadas da ANAFRE 2.380 – 55,9%.



Como Associação Nacional de Freguesias que é, e legal representante destas autarquias, a ANAFRE goza de respeito e é ouvida sobre todas as questões legislativas que se articulam com a área em que se inserem: o Poder Local.

O seu estatuto de Parceira Social obriga os Órgãos de Soberania a colher a sua opinião em boa parte do processo legiferando desenvolvido pelo Órgão Legislativo.

PROTOCOLOS E PARCERIAS FORMALIZADOS

A figura do PROTOCOLO tem sido um meio de relacionamento, cooperação, troca de conhecimentos e informações com diversos e honrosos organismos através dos quais se proporcionou às Freguesias associadas oportunidades únicas para intensificarem e diversificarem a prestação de serviços de interesse público.

Consolidando relações de cooperação já existentes, mantiveram-se os Protocolos:

- Com os CTT – Correios de Portugal, S.A. – Instalação de Postos e Serviços de Correios nas Freguesias;
- Com o Oceanário de Lisboa, S.A. – Condições especiais de acesso para visitas organizadas pelas Freguesias;
- Com o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);
- Com a ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais – Plataforma de Cooperação nas áreas de informação e formação;
- Com o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de modo a assegurar a disponibilização de meios informáticos e eventual apoio dos serviços disponíveis nas Juntas de Freguesias para comunicação do alojamento de cidadãos estrangeiros ocorra através do SIBA;
- Com a Fundação Graça Gonçalves para divulgação do Lugar dos Afectos junto das populações, bem como promover o acesso das mesmas a este espaço.

Outros Protocolos foram negociados e com objectivos bem definidos:

- Cooperação com a Sociedade Portuguesa de Reumatologia para divulgação, junto de Freguesias seleccionadas, de um estudo sobre incidência das doenças reumáticas em Portugal, estimulando-as à colaboração e disponibilização de meios e espaços;
- «Focado em medidas e soluções» com que pretende promover e proteger «os direitos daqueles que são os mais excluídos e daqueles que estão numa situação de carência», o Governo Português criou o Programa PES, no âmbito do qual serão desenvolvidos apoios diversificados aos cidadãos mais desprotegidos, designadamente, o ASECE - apoio social extraordinário ao consumo de energia. Visando, especialmente, a divulgação, junto das Freguesias, deste apoio que consiste no desconto a efectuar nas facturas de electricidade e gás

natural, a ANAFRE formalizou Protocolo de Cooperação com o MSSS no qual se obrigou a levar este conhecimento às Freguesias, ficando na expectativa de que sejam mensageiras de tal apoio no seio das suas Comunidades.

AS FREGUESIAS E AS FINANÇAS LOCAIS

O período temporal que precede a elaboração do Orçamento do Estado é sempre, para a ANAFRE, uma fase de grande azáfama e desgaste, preenchido com as solicitações de audiências à Secretaria de Estado do Poder Local, aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, com a preparação dos dossiers construídos sobre os fundamentos e razões que sustentam o reconhecimento dos direitos das Freguesias e o cumprimento da Lei das Finanças Locais.

A ANAFRE tem registado, segundo os seus cálculos aritméticos, que as Freguesias perdem, ano após ano, capacidade de crescimento financeiro pois, as transferências que lhes são conferidas, são calculadas, em sede de Orçamento de Estado, segundo uma interpretação normativa com a qual a ANAFRE nunca esteve de acordo.

Para se ver invertido este entendimento, é necessário que o pacote de competências próprias a transferir para as Freguesias tenha viabilidade, através de acordo com os Municípios Portugueses o que corresponde a dizer: através da transferência de meios financeiros de que ninguém pretende abrir mão.

É digna de registo a intervenção da ANAFRE junto das instâncias do poder, sempre mas, especialmente, por ocasião da aprovação do Orçamento do Estado, conseguindo que, se não na sua totalidade, algumas das suas propostas ganhem consagração legal.

Assim aconteceu, nos anos transactos, no que respeita à consignação dos valores das remunerações mensais dos eleitos de Freguesia em regime de permanência ou na reivindicação da cobertura da taxa de inflação que, apesar de pouco expressiva na sua vertente numérica, é assaz significativa na esfera dos princípios que devem enformar a feitura do Orçamento do Estado e a distribuição dos recursos financeiros.

O Orçamento do Estado para 2012 não criou esse conflito, contemplando, desde logo, os meios destinados àquelas remunerações mensais.

A atribuição às Freguesias de 50% dos valores arrecadados, fiscalmente, em sede de IMI rústico, continua a criar alguns incómodos pelas situações de injustiça verificadas entre algumas Freguesias que, após a sua criação não viram rectificadas as matrizes dos prédios rústicas (e urbanos) das novas circunscrições. A ANAFRE tem sido arauto, junto das instituições próprias, desta preocupação de algumas Freguesias.

Em incontáveis situações, a ANAFRE tem invocado que é da mais elementar justiça a participação das Freguesias no IMI urbano.

Tais iniciativas consolidam a acção que sempre tem norteado a ANAFRE: pugnar pela partilha do Poder Local entre as suas instituições – Municípios e Freguesias - ver conseguido o igual tratamento das suas autonomias, acabar com a dependência financeira de umas perante os outros.

Único propósito: VER DIGNIFICADAS AS FREGUESIAS!

RELACIONAMENTO E REPRESENTAÇÃO DA ANAFRE COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Igualmente confortável tem sido o envolvimento da ANAFRE com outros Organismos com os quais se relaciona não só por determinação da moldura orgânica que os modela, onde a ANAFRE tem os seus representantes institucionais, como por força dos Protocolos estabelecidos e já enunciados.

São disso claro exemplo as relações institucionais com a Fundação CEFA, com sede em Coimbra, em cujos órgãos sociais a ANAFRE tem assento através de três elementos: um no Conselho de Administração e dois no Conselho Geral.

A ANAFRE está, ainda, representada na Fundação INATEL, onde um dos lugares no Conselho Consultivo lhe está adstrito por vínculo legal.

As suas representações verificam-se, também, ao nível do Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente na Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial, Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011 e Secção Restrita para Revisão da Tipologia de Áreas Urbanas.

A ANAFRE está, ainda, representada em Comissões diversas cuja participação foi elencada na lista das participações da ANAFRE.

A ANAFRE

E AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

O Poder Local está representado no espaço europeu através de organizações próprias, vocacionadas para a sua sustentabilidade, defesa e afirmação.

Entre elas destacamos:

- CPLRE – Congrés des Pouvoirs Locaux et Regionaux de L'Europe;
- Comité das Regiões.

Reconhecida que foi, à ANAFRE, a legitimidade de se fazer representar naquelas Instituições Europeias, por corporizar o nível do poder mais próximo das populações, dois elementos da sua Direcção têm assento em tais órgãos: um efectivo e um suplente.

O CPLRE fez deslocar a Portugal, pela terceira vez, uma embaixada com objectivos bem definidos – observação do trabalho das Freguesias como a estrutura do Poder Local que mais perto se encontra dos cidadãos e da qualidade do Poder Local em geral em Portugal.

Este acontecimento registou-se em Novembro de 2011 e dele resultou o incondicional reconhecimento da ANAFRE e suas representadas perante aquelas Instituições.

Foi, ainda, reconhecido um pesado deficit democrático e desrespeito pela Carta Europeia de Autonomia Local, especialmente revelados na falta de descentralização de competências para o nível desse poder mais próximo das populações: AS FREGUESIAS.

Os dirigentes da ANAFRE têm respondido presente nas reuniões europeias dos órgãos onde a Associação está representada, procurando mostrar, naquele fórum, o papel e importância das Freguesias no contexto do Poder Local Português.

PROMOÇÃO DA IMAGEM DA ANAFRE E ASSOCIADAS

A ANAFRE representa as Freguesias Portuguesas em geral mas, de modo especial, as suas associadas.

É Parceira Social, a par de outras a quem os poderes legislativo e governativo têm de ouvir para as matérias que lhes respeitam.

Considerando que a Comunicação Social desempenha um papel preponderante na construção e desconstrução da imagem das pessoas e instituições, a ANAFRE manteve o contrato de cooperação com a empresa «COMMUNICARE».

Por ocasião dos seus Congressos e porque estas ocasiões são propícias à promoção da imagem, a ANAFRE tem-se socorrido de um produtor de imagem, a Empresa «CONSCIENTE».

A actividade da ANAFRE mereceu neste mandato e até ao presente, milhares de citações nos órgãos de Comunicação Social com cobertura nacional, regional e local, escrita e falada. Foram várias as participações da ANAFRE em programas de televisão em directo e de rádios locais e nacionais.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ANAFRE

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS está estatutariamente organizada segundo Órgãos Sociais (Congresso Nacional, Conselho Geral, Conselho Directivo e Conselho Fiscal), com competências próprias.

A Comissão Coordenadora constituída pelos Presidente do Conselho Directivo e Vice-Presidentes e Coordenadores dos Pelouros, é uma estrutura mais leve que reúne muito frequentemente:

- Para analisar situações urgentes;
- Para preparar as reuniões do Conselho Directivo;
- Para tomar decisões em regime de delegação de poderes do Conselho Directivo.

O Conselho Directivo está estruturado em Pelouros que se dinamizam autonomamente. Em cada Distrito/Região Autónoma, funciona, com maior ou menor dinâmica, uma Delegação Distrital/Regional.

Os Pelouros desenvolvem a sua actividade segundo as temáticas que lhes estão distribuídas e mais directamente lhes respeitam, representando, ainda, a ANAFRE nos Organismos congéneres.

Os serviços internos continuam a dispor de uma estrutura muito leve, o que faz surpreender quem nos visita, dado o volume de trabalho que é desenvolvido no seio da Associação.

Uma Secretária de Direcção que organiza, regista e articula todos os serviços e relações institucionais e duas funcionárias do foro administrativo que apoiam a Presidência e asseguram o trabalho da mesma índole, os trabalhos gerais e o serviço externo.

Um Gabinete técnico-jurídico sustentado por duas Juristas.

Um Gabinete de Contabilidade e Informática dinamizado por uma Técnica Oficial de Contas e por um Engenheiro Informático.

Todos, indiferenciadamente, asseguram o trabalho interno da Associação e garantem o apoio às Freguesias associadas e seus eleitos.

O volume e qualidade do serviço desenvolvido, face à leveza da estrutura, só é possível como resultado do empenho e capacidade de trabalho dos recursos humanos da Associação.

A ANAFRE reconhece-lhes a dedicação e o esforço e quer louvá-los.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os dados que se apresentam referem-se apenas ao ano de 2010, pois o exercício de 2011 ainda não se encontra encerrado e, por questões de comparabilidade, não seria correcto considerar a execução financeira até este momento.

Em 2010 entrou em vigor o novo modelo de normalização contabilística, que sucede ao POC e é designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC). No caso da ANAFRE é aplicável a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades (NCRF-PE), resultando em diversas alterações, quer do plano de contas, quer das demonstrações financeiras.

Breves considerações ao **Activo, Passivo e Capital Próprio**:

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Modelo Reduzido)

UNIDADE: €

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (modelo Reduzido)

UNIDADE: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	89.690,49	99.363,51
Activos intangíveis	6	6.179,89	8.770,15
		95.870,38	108.133,66
Activo Corrente			
Outras contas a receber		636.758,68	941.281,80
Activos Financeiros detidos para negociação		750,00	750,00
Diferimentos			77,10
Caixa e depósitos bancários	9	1.523.557,68	1.563.883,83
		2.161.066,36	2.505.992,73
Total do activo		2.256.936,74	2.614.126,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados	4	2.291.079,36	2.537.082,92
Resultado líquido do período		-65.558,25	933,83
Total do capital próprio		2.225.521,11	2.538.016,75
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		2.829,38	47.083,85
Estado e outros entes públicos		5.143,37	9.429,43
Outras contas a pagar		23.442,88	19.596,36
		31.415,63	76.109,64
Total do passivo		31.415,63	76.109,64
Total do capital próprio e do passivo		2.256.936,74	2.614.126,39

Analisando o **Activo** da Associação:

- As “**Outras Contas a Receber**” referem-se, essencialmente, aos montantes a receber das entidades formadoras LDN e Tecnoforma e quotas em dívida;
- A “**Caixa e depósitos bancários**” inclui 1.200.000 € de depósitos a prazo.

No que concerne ao **Capital Próprio e Passivo** salientam-se os seguintes aspectos:

- A conta de “**Resultados Transitados**” sofreu um decréscimo muito significativo (246.003,56 €), decorrente da desvinculação de um número significativo de freguesias, precisamente por motivo de não pagamento de quotas;
- O “**Resultado líquido do período**” foi negativo (-65.558,25 €), que se explica pelos gastos relacionados com o Congresso, com o estudo da Fundação Minerva e a aplicação SIGFreg.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO REDUZIDO)
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

UNIDADE: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	7	936.067,78	1.013.812,48
Subsídios à Exploração		0,00	57.007,20
Fornecimentos e serviços externos		-791.598,66	-836.567,67
Gastos com o pessoal		-269.610,52	-238.369,87
Outros rendimentos e ganhos		92.106,55	160.674,19
Outros gastos e perdas		-16.255,81	-138.808,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-49.290,66	17.748,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-16.267,59	-16.814,17
Resultado operacional		-65.558,25	933,83
Resultado antes de impostos		-65.558,25	933,83
Resultado líquido do período		-65.558,25	933,83

- Os rendimentos relativos às quotas oscilam de ano para ano, na medida em que todos os anos aderem freguesias e outras se desvinculam ou são desvinculadas pelos mais diversos motivos, incluindo o não pagamento de quotas. Para além deste fenómeno, o decréscimo de rendimentos explica-se pela redução das transferências do FFF e pela política da ANAFRE de redução de 10% da quota;
- Os custos com o pessoal tiveram um acréscimo que resulta da contratação de um técnico de informática para acompanhamento e implementação da aplicação SIGFreg, e gestão da rede informática da ANAFRE. Também motivaram o aumento dos gastos, as 13 acções de esclarecimento realizadas pelas técnicas das áreas jurídica e contabilística, realizadas em diversos locais, fora do período normal de trabalho.

Conclusão:

A situação financeira da ANAFRE mantém-se estável, como se pode verificar pelo Activo que possui. O resultado líquido negativo, não é preocupante, pois não decorre da actividade normal da Associação, mas essencialmente, de projectos/estudos que foram realizados pontualmente.

Em termos de estrutura de “Rendimentos e Ganhos” e “Gastos e Perdas”, apresenta a composição seguinte:

RENDIMENTOS E GANHOS		
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	936.067,78
721	Jóias	950,00
722	Quotas	936.120,94
728	Devolução de Quotas	-1.003,16
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	74.148,43
781	Rendimentos suplementares	63.365,00
78.1.6	Outros rendimentos suplementares	63.365,00
788	Outros	10.783,43
78.8.1	Correcções relativas a períodos anteriores	10.783,43
79	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	17.958,12
791	Juros obtidos	17.958,12
TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS		1.028.174,33

Da análise do quadro apresentado relativo aos **Rendimentos e Ganhos** merece realce o seguinte:

- No reconhecimento dos réditos relativos a quotas foi aplicado o princípio da periodização económica, tal como no ano anterior, isto é, foram contabilizadas todas as quotas que se deveriam ter recebido. Contudo, deverá referir-se que o valor de quotizações de 2010 em dívida ascendia a 169.000 €, cerca de 18 % das quotas;
- Os rendimentos suplementares estão relacionados, essencialmente, com o Congresso Electivo realizado em Janeiro de 2010.

Analisando o quadro relativo aos **Gastos e Perdas** realça-se o seguinte:

- O aspecto mais importante a reter respeita ao peso hegemónico da conta de “**Serviços Diversos**” no total de gastos. A referida conta inclui, além de outros, os gastos com o Estudo “Eficácia e Eficiência da Acção das Freguesias” produzido pela Fundação Minerva (76.608 €), o projecto SIGFreg que está a ser desenvolvido pelo INESC Porto (54.150 €) e serviços de Catering, nomeadamente, o serviço prestado no Congresso;

- A conta de “**Trabalhos especializados**” inclui os trabalhos tipográficos contratados para a produção de brochuras como o “ANAFRE Informa.”, e folhetos para outros eventos, e ainda outros trabalhos produzidos para o Congresso, como o filme. Está ainda incluído o contrato com a ADBD Comunicare, que presta o serviço de comunicação social;
- Os custos relativos a “**Honorários**” são, essencialmente, referentes a prestadores de serviços nas Delegações Distritais/Regionais;
- Os gastos de “**Deslocações, Estadas e transportes**” também têm um peso bastante significativo no total de gastos do período, explicado essencialmente, pelo aumento da acção política do Conselho Directivo e pelas Acções de Esclarecimento realizadas por diversos distritos, no total de 13 acções.

GASTOS E PERDAS		
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	791.598,66
622	Serviços especializados	178.755,68
62.2.1	Trabalhos especializados	104.765,20
62.2.2	Publicidade e propaganda	31.447,71
62.2.3	Vigilância e segurança	79,71
62.2.4	Honorários	29.341,46
62.2.6	Conservação e reparação	13.120,44
62.2.8	Outros	1,16
623	Materiais	8.808,90
62.3.1	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	116,89
62.3.2	Livros e documentação técnica	1.693,20
62.3.3	Material de escritório	3.693,74
62.3.4	Artigos para oferta	3.305,07
624	Energia e fluidos	635,79
62.4.1	Electricidade	300,07
62.4.3	Água	335,72
625	Deslocações, estadas e transportes	294.666,05
62.5.1	Deslocações e estadas	292.860,90
62.5.2	Transportes de pessoal	383,40
62.5.3	Transportes de mercadorias	1.421,75
626	Serviços diversos	308.732,24
62.6.1	Rendas e alugueres	12.711,44
62.6.2	Comunicação	51.825,77
62.6.3	Seguros	8.786,63
62.6.5	Contencioso e notariado	2.752,13
62.6.6	Despesas de representação	9.397,62
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	1.518,09
62.6.8	Outros serviços	221.740,56
62.6.8.1	Outros Serviços	82.013,01
62.6.8.3	Outros Fornecimentos	1.709,55
62.6.8.7	Candidatura Forum dos Autarcas de Língua Portuguesa	7.260,00
62.6.8.8	Plataforma SIGFreg	54.150,00
62.6.8.9	Estudo "Eficácia e Eficiência da Acção das Freguesias"	76.608,00
63	GASTOS COM O PESSOAL	269.610,52
631	Órgãos Sociais	75.750,00
632	Remunerações do pessoal	161.514,11
63.2.01	Vencimentos	106.059,05
63.2.02	Subsídio de Férias	13.162,76
63.2.03	Subsídio de Natal	9.654,20
63.2.05	Subsídio de Refeição	9.344,00
63.2.06	Horas Extra	11.301,44
63.2.09	Diuturnidades	3.258,88
63.2.10	Abono para falhas	300,15
63.2.11	Sub. Isenção de Horário	3.478,44
63.2.12	Férias não Gozadas	1.925,34
63.2.14	Outros Abonos	3.029,85
635	Encargos sobre remunerações	30.394,08
63.5.1	Encargos sobre Remunerações	30.394,08
636	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	1.584,20
63.6.1	Acidentes de Trabalho	1.584,20
638	Outros gastos com o pessoal	368,13
63.8.8	Outros custos c\pessoal	368,13
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	16.267,59
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	16.255,81
681	Impostos	66,49
68.1.1	Impostos directos	66,49
688	Outros	16.189,32
68.8.1	Correcções relativas a períodos anteriores	16.189,32
TOTAL DE GASTOS E PERDAS		1.093.732,58